



25-27 Nov / Lagos
**AFRICAN
PEOPLES
TRIBUNAL**
on Industrial Plantations

RESUMO DOS CASOS

2020



**Friends of
the Earth
Africa**



O poder do povo triunfará sobre o poder corporativo no primeiro Tribunal Africano dos Povos sobre plantações industriais. Ao criar um espaço para as comunidades locais contarem as suas próprias histórias à sua maneira, o tribunal reforçará a advocacia e defenderá os direitos dos povos contra os abusos ambientais e sociais sistemáticos cometidos por empresas multinacionais e pelos seus financiadores em toda a África.

Este documento resume 10 casos de estudos que são levados ao tribunal de 25 a 27 de Novembro de 2020 por representantes das comunidades e da sociedade civil.

SEGUIR O DINHEIRO

Com o apoio de financiadores internacionais privados e públicos, empresas de plantações industriais como a Socfin na Serra Leoa e nos Camarões, a SIAT na Costa do Marfim e no Gana, a OLAM no Gabão, a PZ Wilmar na Nigéria, a Golden Veroleum Liberia (GVL) na Libéria, e a Green Resources AS em Moçambique, na Tanzânia e no Uganda operam plantações de monoculturas que têm impacto em centenas de milhares de pessoas e ecossistemas naturais inestimáveis em todo o continente.

Utilizando estruturas corporativas complexas e ocultas, os proprietários e financiadores tentam evitar o risco e a responsabilização pela sua contribuição nos danos causados pelas empresas de plantações. O sector financeiro carece de transparência, aproveitando o sigilo bancário e os paraísos fiscais.

As empresas ao longo das cadeias de controlo e financiamento violam acordos regionais e padrões internacionais, incluindo as directrizes da OCDE, os princípios orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, e a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Mas o acesso à justiça e à reparação com base nesses quadros jurídicos e políticos internacionais é, muitas vezes, impossível.



Marca os países que têm um caso ouvido no Tribunal do Povo Africano

LUTAS POR JUSTIÇA

Há muitos anos que as comunidades locais lutam por justiça, envolvendo os media, realizando manifestações, queixando-se a organizações como a RSPO e a OCDE, apresentando petições às empresas e aos organismos governamentais envolvidos, reunindo evidências e levando as empresas a tribunal. Ir a tribunal é extremamente desafiante dado o custo e a falta de sistemas legais livres e justos. As empresas acusadas recorrem, frequentemente, das decisões e prolongam o processo judicial.



A Socfin entrou com um processo de difamação criminal contra o Director da Green Scenery, uma das organizações que combate as suas violações na Serra Leoa. Isto faz parte de uma série de processos SLAPP que iniciou nos últimos anos. Dezasseis membros da Malen Affected Land Owners and Land Users Association continuam em julgamento por alegada conduta desordeira durante o confronto de Janeiro de 2019 entre a empresa e os proprietários de terras quando duas pessoas foram mortas. O caso tem sido continuamente adiado, acrescentando mais encargos financeiros às comunidades afectadas.

SISTEMAS DE OPRESSÃO

A fim de reduzir os esforços das comunidades locais para obter justiça, táticas opressivas têm sido sistematicamente utilizadas pelas empresas de plantações. São usadas estratégias de dividir para governar nas comunidades, tais como a cooptação de líderes oferecendo trabalho ou subsídios e o estabelecimento de órgãos alternativos de representação comunitária. As empresas também fazem lobby junto do governo, autoridades locais e financiadores.

Usam o seu poder e trabalham com forças estatais para reprimir violentamente manifestações com activistas presos e detidos, e para intimidar as comunidades, incluindo os governantes tradicionais. Os membros das comunidades, juntamente com os defensores dos direitos humanos e do ambiente, jornalistas e trabalhadores que lutam pelos seus direitos são visados, enfrentando detenções, violência (por vezes resultando em morte) e perda de emprego.

O sector das agrocommodities é um dos sectores mais mortíferos do mundo para os defensores dos direitos humanos e ambientais.

Pessoas de várias aldeias da Costa do Marfim reclamam que as suas terras foram ilegalmente usurpadas para plantações de monoculturas da SIAT. Elas protestaram após uma audiência judicial que teve lugar à porta fechada, que terminou de forma desfavorável. Isso ocorreu após uma audiência inicial que concluiu que elas não tinham renunciado ao direito de propriedade das suas terras. A gendarmaria interveio na manifestação e duas pessoas foram mortas e outras 71 foram presas e detidas, das quais uma pessoa morreu na prisão. Muitas mulheres e crianças fugiram da repressão e viveram longe das suas casas até 18 meses como refugiados.

GREENWASHING

Enquanto as empresas de plantações estão a cometer grandes abusos dos direitos humanos e ambientais e a combater a resistência a estas violações, também trabalham noutra frente, fazendo greenwash da sua imagem. Isto abre o acesso ao financiamento e ao mercado onde os financiadores e compradores exigem uma produção "responsável".

As empresas subscrevem esquemas de certificação e políticas estabelecidas para proteger as pessoas e o ambiente, tais como compromissos NDPE, RSPO, FSC, SDG e outros programas de Responsabilidade Social Corporativa, bem como a filiação em organizações como a Earthworm Foundation e o Dutch Sustainable Trade Institute. Estes padrões e filiações sofrem de fraca governação, normas e/ou falhas de implementação.

Os financiadores também "se comprometem" com os padrões voluntários, quer através das suas próprias políticas, quer através de iniciativas internacionais como a Investor Alliance for Human Rights e o Investor Working Group on Sustainable Palm Oil, embora isto signifique pouco na prática. Os bancos de desenvolvimento são uma categoria específica, onde o dinheiro público deve proporcionar "desenvolvimento" mas, na realidade, apoia modelos de negócios industriais que exploram as pessoas e a natureza, ao mesmo tempo que beneficiam os accionistas e os financiadores internacionais.



Embora a sociedade civil tenha exposto que a Olam destruiu cerca de 19.000 hectares de florestas no Gabão, o grupo e as suas empresas continuam a beneficiar de associação e certificação RSPO e FSC.

A SIAT SA adquiriu plantações de um programa falhado do Banco Mundial que visava estabelecer plantações de óleo de palma e de seringueiras na África Ocidental e Central nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos 90, estas plantações estatais tinham grandes dívidas e foram forçadas à privatização. O fundador da SIAT tinha anteriormente trabalhado como consultor no programa do Banco Mundial. A filial da SIAT no Gana recebeu financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional.



IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Em toda a África, as comunidades locais, e especialmente os povos indígenas, as pessoas dependentes das florestas, os agricultores, as mulheres e as crianças, são fortemente afectados. Devido à usurpação das terras, perderam o acesso às florestas, fontes de água e terras aráveis para as colheitas, caça e pesca, bem como às terras onde vivem. As monoculturas têm resultado na redução da produtividade do solo e da precipitação e têm efeitos negativos nas colheitas locais, bem como na saúde pública.

Desde a chegada da Green Resources AS, milhares de Ugandeses rurais foram despejados para dar lugar a plantações. Eles perderam o acesso às terras que utilizavam para a agricultura, pastagem e colecta de alimentos silvestres e lenha. As pessoas que mantiveram as suas terras e a agricultura ao redor das plantações sofreram impactos negativos na sua produção, possivelmente devido ao uso de pesticidas e outros impactos ambientais das plantações de monoculturas.



No Gabão, os habitantes locais devem obter licenças de acesso a áreas onde tradicionalmente pescam e caçam e a sua liberdade é também restringida por valas profundas cavadas pela OLAM, que representam um perigo para as pessoas e animais. O fluxo de água para as bacias também foi alterado pelas actividades da empresa e as águas foram alegadamente poluídas por resíduos e fertilizantes.

Embora muitas empresas façam promessas às comunidades locais, incluindo o desenvolvimento de programas de cultivo justos, infra-estruturas de saúde e educação, e empregos para a população local, estas muitas vezes ficam por cumprir.

Nos Camarões, onde opera a subsidiária da Socfin, a Socapalm, a produção de óleo de palma por pequenos proprietários foi negligenciada. Grupos da sociedade civil nos Camarões preferem um modelo comunitário de pequenos proprietários a concessões industriais em grande escala, porque o modelo comunitário garante a redução do risco de violação de direitos e uma maior garantia de que os benefícios fluirão para as comunidades e não para os proprietários corporativos.

Comunidades em Mapanda e Idete, na Tanzânia, deram consentimento à Green Resources AS para usar as suas terras em troca de oportunidades de emprego, do desenvolvimento de infra-estruturas, incluindo salas de aula, instalações médicas e serviços de água, e 10% dos lucros das vendas do sequestro de carbono das plantações de eucaliptos e pinheiros. Desde então, a empresa tem vindo a operar já há mais de 20 anos, mas os seus compromissos não foram totalmente cumpridos.

Quando estão empregados, os trabalhadores locais enfrentam frequentemente baixos salários, más e inseguras condições de trabalho, nenhum direito de se organizarem colectivamente, e a perda dos seus empregos se se pronunciarem contra as acções da empresa. Também tem havido relatos de favores sexuais forçados em troca de promessas de emprego, e de exploração de trabalho infantil em algumas plantações.

Não há segurança de trabalho para os habitantes locais que conseguem arranjar emprego na PZ Wilmar na Nigéria. É relatado que às mulheres grávidas é negada a licença de maternidade e que desempenham tarefas difíceis que afectam a sua saúde, e que as trabalhadoras são transportadas com um tractor sobrecarregado, com um máximo de 50 pessoas num pequeno camião. Tem havido vários incidentes que alegadamente resultaram em mortes,

A corrupção e o suborno são frequentes entre as empresas e aqueles que ocupam cargos de autoridade.

O Director da Green Resources AS em Moçambique tem muitas ligações com o governo nacional - ele foi anteriormente o Director Nacional de Florestas e Fauna Bravia. Os governos local e nacional protegem e defendem os interesses da empresa. Isso é evidente pela falta de acção para resolver os muitos conflitos entre a Green Resources AS e as comunidades afectadas. O governo facilita todos os processos de consulta comunitária e a participação de funcionários do governo, o que vai contra as normas internacionais de consulta, pois limita a liberdade de expressão das comunidades.

As plantações de monoculturas representam ameaças directas às florestas e à biodiversidade, mesmo em florestas de alta conservação, zonas húmidas e habitats de animais ameaçados de extinção. Na Libéria, centenas de hectares de florestas de Alto Valor de Conservação e Alto stock de Carbono foram destruídos pela Golden Veroleum Liberia (GVL), controlada pela Golden Agri-Resources. Isto foi primeiro negado e, posteriormente, confirmado pela GVL, e está actualmente a ser tratado num procedimento formal de queixa com a Abordagem do Stock de Alto Carbono. A expansão das plantações industriais está também a destruir os habitats de elefantes, populações de chimpanzés e hipopótamos pigmeus.

GOVERNOS, CORPORAÇÕES E OS SEUS FINANCIADORES **DEVEM AGIR AGORA!**

A Amigos da Terra África apela aos governos nacionais para que:

- Promovam a agro-ecologia e a gestão florestal comunitária em quadros e políticas legais, a fim de proteger e promover os direitos e benefícios dos povos à terra e aos recursos naturais.
- Protejam as comunidades locais e os povos indígenas e assegurem o seu consentimento: respeitar o seu direito de dizer não aos investimentos externos e outras reivindicações sobre as suas terras.
- Em caso de violação dos direitos humanos, assegurem que as vítimas tenham acesso imediato à justiça e à reparação a nível nacional, regional e internacional e responsabilizem as empresas.
- Participem activamente nas negociações para que o Tratado Vinculativo da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos ponha fim à impunidade corporativa.
- Assegurem que o sector financeiro seja regulamentado para prevenir violações dos direitos humanos, danos ambientais e desflorestação relacionados com plantações de monoculturas de árvores e aumentar a transparência.
- Reestruem as instituições financeiras públicas de desenvolvimento para as impedir de financiar projectos prejudiciais de plantações de monoculturas de árvores.

As empresas de plantações e os seus financiadores devem:

- Parar imediatamente as práticas de usurpação de terras comunitárias, corrupção de funcionários governamentais, violação dos direitos humanos, violência de género contra as mulheres, assédio e violência contra os Defensores dos Direitos Humanos Ambientais, exploração de trabalhadores e destruição de florestas e outras áreas naturais, e fornecer compensação e remediação por violações passadas.
- Desinvestir de corporações envolvidas em violações de direitos e destruição ambiental. Dada a natureza sistemática dos danos à natureza e às pessoas nas plantações de monoculturas de árvores, este sector deve ser excluído da carteira de financiamento.
- Estabelecer procedimentos decentes, seguros e transparentes para que os trabalhadores possam exprimir as suas preocupações e críticas.
- Comprometer-se a investir e promover iniciativas de agricultura e gestão florestal de base comunitária.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: <http://africanpeopletribunal.org/>